

MEDIATOR – SOCIEDADE CORRETORA DE SEGUROS, S.A.

EXERCÍCIO DE 2018

Relatório de Gestão

Senhores Accionistas,

Nos termos legais e estatutários, submetemos à vossa apreciação o presente relatório de gestão e as contas referentes ao exercício de 2018.

Considerações Gerais

Conjuntura Económica

O ano de 2018 foi marcado pelos seguintes acontecimentos:

- Esforço de aproximação diplomática entra as duas Coreias.
- Guerra Comercial entre os EUA e a China com impacto no comércio internacional, a nível global.
- Viragem à direita no Brasil com a eleição de Jair Bolsonaro.
- Na Venezuela a crise económica continua a agravar-se.

Na Europa:

- Em França, o movimento dos coletes amarelos denunciam injustiças sociais e a forte redução do nível de vida das classes menos favorecidas.
- A Itália desafia a União Europeia.
- Instabilidade política em Espanha sem fim à vista.
- As negociações para um acordo entre o Reino Unido e a UE para o Brexit dominam a agenda apesar de continuar sem se saber qual poderá vir a ser o desfecho.
- Na economia alemã assiste-se a um abrandamento já fruto da incerteza política que se avizinha.
- Nos EUA, a economia mantém-se forte.
- A nível global, as taxas de juro continuam muito baixas, assim como o desempenho dos mercados bolsitas.

O crescimento da zona Euro não foi além dos 1,8%.

Economia Portuguesa

Apesar de um crescimento superior ao da zona Euro, a economia portuguesa também abrandou tendo registado um crescimento de 2,1%, enquanto que em 2017 tinha crescido 2,8%.

Este desempenho resultou do contributo mais negativo da procura externa, verificando-se uma desaceleração das Exportações de Bens e Serviços mais acentuada que a das Importações. Outro fator foi o contributo positivo menos intenso da procura interna, refletindo um menor crescimento do investimento.

O sector do Turismo continua a ser um dos motores do crescimento da economia nacional.

O desemprego continuou a baixar, tendo acabado o ano em 7%, valor inferior ao da zona Euro que se situou nos 8,2%.

A inflação também reduziu relativamente a 2017, sendo o valor médio de 2018 de 1%.

Mercado Segurador

O bom desempenho da economia teve um impacto positivo na atividade seguradora, tendo o volume global de prémios de seguro direto em Portugal crescido cerca de 11,7%. O ramo vida cresceu 14,5%, essencialmente devido aos produtos financeiros e de capitalização.

O crescimento do Ramo Não Vida foi de 7,4% alavancado pelo Ramo de Acidentes de Trabalho que cresceu 13,5% fruto não só das correções tarifárias para o reequilíbrio técnico do ramo, como também pela maior massa salarial segurada. Os ramos de Acidentes e Doença continuam com níveis de crescimento significativo.

Actividade da Mediator

Actividade

As receitas do exercício cresceram cerca de 9,4%, e fixaram-se nos € 1.214.715,00.

Custos

Os custos tiveram um aumento de 5% em relação ao ano anterior. Este aumento deveu-se grande parte ao aumento das comissões cedidas referente aos programas internacionais.

Recursos Humanos

O número total de efetivos manteve-se em 14.

Resultados

O resultado líquido obtido foi de € 99.791,21, sendo proposta de o valor ser levado à conta de resultados transitados.

Perspectivas

Está em fase de conclusão um projecto de aquisição de um corretor com uma dimensão muito superior à da Mediator. O projecto prevê a posterior fusão das duas entidades, já que se complementam e terem posturas no mercado muito idênticas.

Está também prevista a mudança de instalações de modo a juntar as equipas das duas empresas.

Por último, não queremos deixar de referir, com satisfação e reconhecimento, o elevado espírito de colaboração mais uma vez demonstrado por todos os nossos colaboradores e Seguradoras.

Uma palavra de igual agradecimento, vai para os Clientes que nos honraram com a sua preferência e para os nossos Revisores Oficiais de Contas.

Lisboa, 21 de Março de 2019

O Conselho de Administração



Pierre-Antony VERSPIEREN



Maxence VERSPIEREN



Alfred HAUTTECOEUR



Dominique SIZES



Rita Barroso da FONSECA

Mediator - Sociedade Corretora de Seguros, S.A.

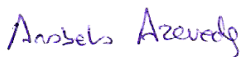
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-18	31-dez-17
ACTIVO			
Activos não correntes			
Activos fixos tangíveis	3.2 e 8	10.476,29 €	18.469,80 €
Activos intangíveis	3.3 e 7	2.325,12 €	2.434,66 €
		12.801,41 €	20.904,46 €
Activos correntes			
Clientes	10	7.254,41 €	23.811,99 €
Estado e outros entes públicos	11	678,35 €	491,71 €
Outros créditos a receber	10	59.952,89 €	147.324,31 €
Diferimentos	14	22.589,40 €	8.150,77 €
Outros activos financeiros		- €	100.000,00 €
Caixa e depósitos bancários	4	1.148.612,49 €	858.586,20 €
		1.239.087,54 €	1.138.364,98 €
Total do activo		1.251.888,95 €	1.159.269,44 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	12	100.000,00 €	100.000,00 €
Reservas Legais	13	49.879,79 €	49.879,79 €
Resultados transitados		730.887,09 €	670.636,73 €
Resultado líquido do período		99.791,21 €	60.250,36 €
Total do capital próprio		980.558,09 €	880.766,88 €
Passivo			
Passivo não corrente			
		- €	- €
Passivo corrente			
Fornecedores		1.335,17 €	8.142,91 €
Accionistas / sócios		- €	56.000,00 €
Estado e outros entes públicos	11	51.285,17 €	36.037,55 €
Outras dívidas a pagar	15	218.710,52 €	178.322,10 €
		271.330,86 €	278.502,56 €
Total do passivo		271.330,86 €	278.502,56 €
Total do capital próprio e do passivo		1.251.888,95 €	1.159.269,44 €

Contabilista Certificado

(C.C. nº 12322)



A Administração



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 de Dezembro de 2018

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade:

Mediator – Sociedade Corretora de Seguros, S.A.

1.2 - Sede:

Av^a Fontes Pereira de Melo, Nº 17 – 1º - 1050-116 Lisboa

1.3 - NIPC:

500 938 326

1.4 - Natureza da actividade:

A Mediator Sociedade Corretora de Seguros, S.A., tem como actividade principal a mediação de seguros no âmbito dos ramos Vida e não Vida e a prestação e assistência ao longo do período de vigência do contrato aos nossos clientes espalhados por todo o país, os nossos serviços encontram-se centrados em Lisboa e em Vila do Conde.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de Março de 2019. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

É do entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

1.5 - Designação da empresa-mãe

A Empresa faz parte do grupo Verspieren sendo detida directamente em 80% pela empresa SARL Assurance Verspieren.

1.6 – Sede da empresa-mãe:

A sede da empresa-mãe do grupo Verspieren situa-se em 1 Avenue François Mitterrand, 59290 Wasquehal em França.

1.7- Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de Euro.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referência contabilística de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo decreto-lei nº 158/2009 de 13 de Julho, face ao previsto no nº1 do artigo 3º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas de contabilidade e de relato financeiro (NCRF) aprovadas pelo Aviso nº 15655/2009 de 7 de Setembro.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2018, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado através das taxas máximas aplicáveis constantes no DR nº 25/2009.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	8 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos tangíveis foram registadas como gastos do período.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate, são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.3. Activos fixos intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos activos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

Activo fixo intangível	Vida útil estimada
Projectos de desenvolvimento	3 anos
Programas de computador	3 anos
Elementos de propriedade industrial	3 a 5 anos

3.4. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locatário

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.5. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos

se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17% sobre os primeiros 15 000,00 da matéria colectável, e 21% sobre o excedente. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama as tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

3.6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido no momento cobrança dos recibos, ou no momento em que as comissões nos são creditadas.

3.7. Clientes e Outros Créditos a receber

As dívidas de clientes e outros créditos a receber estão mensuradas ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade.

As perdas por imparidade (ajustamentos) de dívidas de clientes encontram-se constituídas de acordo com o critério económico, ou seja, tomando em consideração o risco efectivo de cobrança.

3.8. Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar

As contas de fornecedores e de outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

3.9. Dívidas a Pagar em Moedas Estrangeira

Os saldos expressos em moeda estrangeira estão actualizados aos câmbios oficiais em vigor à data do balanço.

3.10. Especialização dos exercícios

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas, com excepção das comissões dos recibos cobrados. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «outros créditos a receber e outras dívidas a pagar» e «diferimentos».

3.11. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

3.12. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, detalhados da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Numerário (Caixa)	750,00	750,00
Depósitos à ordem	297.862,49	91.033,20
Depósitos a prazo	850.000,00	866.803,00
Total	1.148.612,49	958.586,20

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Mediator Sociedade Corretora de Seguros, SA..

5. POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não foram efectuadas alterações de estimativas, bem como não foram detectados erros que afectem a comparabilidade das demonstrações financeiras.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1 – Relacionamentos com empresas-mãe:

A Empresa é detida em 80% pela SARL Assurance Verspieren.

6.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão:

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, ascenderam a 135.150,50 e 137.763,00 euros, respectivamente.

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2018		
	Programas de computador	Propriedade industrial	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	53.135	826.000	879.135
Aquisições	1.722	-	1.722
Saldo final	54.857	826.000	880.857
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial	50.701	826.000	876.701
Amortizações do exercício	1.831	-	1.831
Saldo final	52.532	826.000	878.532
Activo líquido	2.325	0	2.325

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2018			
	Edifícios e outras construções	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
Activo bruto:				
Saldo inicial	46.577	98.024	143.578	288.179
Aquisições			1.531	1.531
Abates				
Abates				
Saldo final	46.577	98.024	145.109	289.710
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	45.199	87.024	137.486	269.709
Amortizações do exercício	544	5.500	3.480	9.524
Abates				
Abates				
Saldo final	45.743	92.524	140.966	279.233
Activo líquido	834	5.500	4.143	10.477

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco ou dez anos para a Segurança Social, conforme regime transitório previsto na lei 17/2000 de 8 de Agosto), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2013 a 2016, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Os gastos com impostos sobre o rendimento, reconhecidos na Demonstração de Resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, podem ser detalhados como se seguem:

GASTOS COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO		2018	2017
Imposto corrente e ajustamentos:			
	Imposto corrente do exercício	39.385	26.036
		39.385	26.049
Impostos diferidos:			
	Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	-	-
		-	-
Gasto com impostos sobre o rendimento		39.385	26.049

RECONCILIAÇÃO IMPOSTO CORRENTE		2018	2017
Resultado líquido do exercício		99.791	60.250
Gasto (rendimento) com impostos s/rendimento - taxa de 22,5%		21.853	12.956
Gasto com impostos sobre o rendimento - tributação autónoma		7.942	6.748
Diferenças permanentes:			
	Reintegrações não aceites como custo	293	293
	Multas, Coimas Juros Comp. Encargos Infrac.	55	115
	Correcções relativas a exercícios anteriores	582	282
	Imposto sobre o Rendimento (corrente e diferido)	8.862	5.856
	Benefícios fiscais	-202	-202
		39.385	26.049
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anterior			
Gasto (rendimento) com imposto corrente		39.385	26.049
Gasto (rendimento) com imposto diferido			
	Amortizações não aceites fiscalmente		
Gasto (rendimento) com impostos sobre o rendimento		39.385	26.049

10. Clientes e Outros Créditos a Receber

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica de Clientes e Outras contas a receber da Empresa têm a seguinte composição:

	2018			2017		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Correntes:						
Clientes, conta corrente	7.254	-	7.254	23.812	-	23.812
Clientes, cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	-
Outras Créditos a Receber	59.953	-	59.953	147.324	-	147.324
Total	67.207	-	67.207	171.136	-	171.136

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, tal como no exercício findo em 2017, não foram reconhecidas quaisquer *perdas por imparidade / reversões de perdas por imparidade* em outros créditos a receber.

Em 2018 e em 2017 a rubrica Outros créditos a receber da Empresa apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Outros créditos a receber		
Companhias de Seguros	52.560	134.286
Outros saldos	7.393	13.038
Total	59.953	147.324

11. Estado e Outros Entes Públicos

Em 2018 e em 2017 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	2018		2017	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Retenções na fonte	-	(610)	-	(1.371)
Pagamentos por conta	-	(15.774)	-	(21.102)
Estimativa de imposto	-	39.385	-	26.049
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	589	9.725	492	17.684
Imposto sobre o valor acrescentado	90	7.162	-	2.969
Contribuições para a Segurança Social	-	11.396	-	11.809
Total	678	51.285	492	36.037

12. Capital

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, o capital da Empresa, era composto por 20.000 acções com o valor nominal de 5 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 o capital subscrito é detido em 80% pela SARL Assurance Verspieren.

13. Reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017, as reservas apresentaram o seguinte movimento:

	Reserva legal	Total outras reservas
Quantia em 31Dez2017	49.880	49.880
	-	-
Quantia em 31Dez2018	49.880	49.880

14. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica de Deferimentos apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
Deferimentos - Ativo		
Seguros	18.832	4.609
Rendas Lisboa e Vila Conde	2.678	2.678
Outros Diferimentos	1.079	864
tal	22.589	8.151

15. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica de Outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
Outras dívidas a pagar		
Remunerações a liquidar	103.542	86.046
Clientes (saldos credores)	29.303	19.128
Consultores/intermediários	44.184	31.759
Outros saldos	41.682	41.388
Total	218.711	178.322

16. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 2018 e em 2017 é detalhado conforme se segue:

Rubricas	2018	2017
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		
Mercado Interno	1.214.715,00	1.110.221,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		
Subsídios à Exploração		
Aumentos Justo valor		
Outros não especificados	1.532,23	210,05
JUROS		
Juros de depósitos bancários	2.306,99	3.350,62
TOTAL	1.218.554,22	1.113.781,67

17. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 2018 e em 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
Fornecimentos e Serviços Externos		
* Comissões	227.316	190.566
Rendas e Alugueres	32.136	32.136
Comunicação	20.923	21.562
Trabalhos Especializados	10.999	16.074
Energia e Fluidos	11.485	10.860
* Honorários	22.180	21.659
Seguros	6.886	7.112
Limpeza, Higiene e Conforto	724	1.114
Conservação e Reparação	7.287	6.160
Deslocações, estadas e transportes	12.960	17.459
Despesas de Representação	3.390	2.390
Outros FSE	16.304	15.196
Total	372.589	342.287

- Foi reclassificado e acrescido a rubrica de comissões o valor de € 121.733,55 do ano de 2018 e € 118.947,41 do ano 2017, que estavam em honorários.

18. Gastos com Pessoal

A rubrica de Gastos com Pessoal nos exercícios findos em 2018 e em 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
Gastos com Pessoal		
Remunerações Orgãos Sociais	135.150	137.763
Remunerações Pessoal	381.358	364.273
Encargos sobre remunerações	117.560	113.264
Indemnizações	-	-
Seguros	33.361	33.626
Outros custos com pessoal	2.150	2.892
Total	669.579	650.819

A rubrica "Remunerações dos órgãos sociais" nos exercícios findos em 2018 e 2017 refere-se a remunerações da pessoa chave da gestão.

19. Amortizações e Depreciações do exercício

	2018	2017
Depreciações e amortizações exercício		
Activos Fixos Tangíveis (Nota 8)	9.524	10.602
Activos Fixos Intangíveis (Nota 7)	1.831	1.725
Total	11.355	12.327

20. Outros Gastos

A rubrica de Outros Gastos nos exercícios findos em 2018 e em 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
Outros Gastos		
Impostos indirectos	18.874	15.164
Taxas	1.602	1.580
Correcções relativas anos anteriores	2.644	1.282
Donativos	500	500
Quotizações	1.980	1.980
Outros gastos	256	1.193
Total	25.856	21.699

21. Garantias e Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2018, a Empresa tinha uma garantia prestada a favor de Clientes no valor de **18.760,00 Euros**, conforme cumprimento no disposto na alínea d) do nº 1 do artº 19 do Decreto-Lei 144/2006 de 31 de Julho.

22. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

23. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Não é do conhecimento da MEDIATOR a existência de quaisquer passivos contingentes, ou de qualquer obrigação presente proveniente de acontecimentos passados relativo a matérias ambientais, pelo que não se encontram registadas quaisquer provisões de carácter ambiental, nem existem passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, incluídos no balanço.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES**1.**

- a)** À data de 31 de Dezembro de 2018 não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

b) À data de 31 de Dezembro de 2018 a Mediator – Sociedade Corretora de Seguros, S.A. tinha ao serviço 14 trabalhadores.

c) Nota explicativa da actividade da Empresa:

Conforme relatório de Gestão.

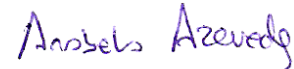
e) A proposta de aplicação do resultado líquido de € 99.791,21, foi de serem levados à conta de resultados transitados.

2. Os honorários dos Revisores Oficiais de Contas durante o ano de 2018 foram de € 6.012,48.

A Administração



Contabilista Certificado
(C.C. nº 12322)



ANO 2018

DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMA LEGAL

Prestação de serviços de mediação de seguros

1. Nos termos do nº 1 do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de Dezembro, as declarações financeiras devem incluir a seguinte informação desagregada por cada uma das alíneas do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações:

Esta informação é divulgada pela Empresa nas notas 3.6 e 3.10 do Anexo.

b) Reconhecimento das Remunerações por Natureza e Tipo:

Por Natureza	2018	2017
Numerário/Cheque/Transferência	1.214.715	1.110.221

Por Tipo	2018	2017
Comissões de Seguros	1.080.169	934.136
Honorários	134.546	176.085

c) Remunerações relativas aos contratos de seguros desagregadas por Ramos e por Origem:

Por Ramos	2018	2017
Vida	56.539	54.029
Não Vida	958.490	817.547
Fundo de Pensões	0	0
Total	1.015.029	871.576

Por Origem	2018	2017
Empresas de Seguros	1.015.029	871.576
Honorários	134.546	176.085
Corretores	65.140	62.560
Total	1.214.715	1.110.221

d) Níveis de concentração:

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, nenhuma entidade (companhia de seguros ou mediador) representou um montante igual ou superior a 25% dos proveitos totais recebidos pela Empresa.

e) Valores das contas clientes

Os valores das contas de depósito à ordem relativos a fundos recebidos de clientes e a sua movimentação durante os exercícios findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

	2018	2017
Saldo da conta "Clientes" no início do exercício	1.060.174	1.156.750
Movimento do ano (débito)	12.581.929	11.474.643
Movimento do ano (crédito)	(12.388.224)	(11.571.219)
Saldo da conta "Clientes" no final do exercício	1.253.879	1.060.174

f) Valores das contas a receber e a pagar

Esta informação encontra-se detalhada, na nota 10 do Anexo relativa a clientes e outras contas a receber e na Nota 15 relativa a outras contas a pagar.

g) Desagregação dos valores a receber e a pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as contas a receber e a pagar podem ser desagregadas da seguinte forma:

	2018		2017	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as Empresas de Seguro para pagamento de prémios de seguro	59.953	57.941	137.706	48.328
Saldos a serem reembolsados pelas empresas de seguro				
Remunerações a liquidar a outros mediadores, respeitantes a prémios de seguros já cobrados		44.184		31.759
Outros valores de clientes:				
Honorários				20.392
Outros valores	7.254	117.921	13.038	106.378
Total	67.207	220.046	171.136	186.465

h) Ageing e classificação dos valores a receber:

Não aplicável.

i) Descrição de obrigações contingentes

Conforme nota 20 do Anexo, a Empresa detêm uma garantia bancária no montante de 18.760 Euros a favor dos clientes para a cobertura dos créditos destes, face ao corretor, conforme estipulado pela alínea d) do nº 1 do artigo 19º e pelo nº 4 do artigo 42º do Decreto-Lei 144/2006 de 31 de Julho.

j) Aquisição de carteira de seguros

Não aplicável.

k) Cessação de contratos com empresas de seguros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Empresa não cessou qualquer contrato com seguradoras.

l) Obrigações materiais e passivas contingentes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, não existiram obrigações materiais, nem existiram passivos contingentes conforme já descrito na nota 22 do Anexo.

2. Nos termos do nº 2 do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R da ASF de Portugal, de 30 de Dezembro, a Empresa, enquanto corretora de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação:

a) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Empresa representem pelo menos 5% do valor total das remunerações auferidas:

Ramos / 2018

	Vida	Não Vida	Total	%
Fidelidade Seguros	77	155.109	155.186	15,29
XL Insurance		123.484	123.484	12,17
Seguradoras Unidas	669	73.045	73.714	7,26
Ocidental		69.853	69.853	6,88
Zurich		64.167	64.167	6,32
Ageas Seguros		56.211	56.211	5,54
Lusitania Seguros		53.608	53.608	5,28

b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome.

A Mediator na qualidade de corretora de seguros tem poderes de cobrança junto de todas as empresas de seguros. No acto de recebimento dos prémios dos tomadores de seguros, entrega o correspondente recibo emitido pela seguradora.

Contabilista Certificado

(C.C. nº 12322)

Anabela Azevedo

O Conselho de Administração

F. B. Pereira

Mediator - Sociedade Corretora de Seguros, S.A.

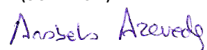
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-dez-18	31-dez-17
Vendas e serviços prestados	16	1.214.715,00 €	1.110.221,00 €
Fornecimentos e serviços externos	17	- 372.588,61 €	- 342.286,74 €
Gastos com o pessoal	18	- 669.578,68 €	- 650.818,54 €
Outros rendimentos	16	1.532,23 €	210,05 €
Outros gastos	20	- 25.855,56 €	- 21.698,65 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		148.224,38 €	95.627,12 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19	- 11.355,11 €	- 12.326,94 €
Resultado operacionais (antes de gastos e financiamento e impostos)		136.869,27 €	83.300,18 €
Juros e rendimentos similares obtidos	16	2.306,99 €	3.350,62 €
Juros e gastos similares suportados		- €	- 351,36 €
Resultados antes de impostos		139.176,26 €	86.299,44 €
Imposto sobre o rendimento do período	9	- 39.385,05 €	- 26.049,08 €
Resultado líquido do período		99.791,21 €	60.250,36 €

Contabilista Certificado

(C.C. nº 12322)



A Administração




RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de MEDIATOR – Sociedade Corretora de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.251.889 euros e um total de capital próprio de 980.558 euros, incluindo um resultado líquido de 99.791 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de MEDIATOR – Sociedade Corretora de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas

atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avallamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 21 de Março de 2019



RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)